

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SONIA MARIA CAPRARA BARALDI

**TECENDO RELAÇÕES SOBRE INFÂNCIA E
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CAMPINAS
2006**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SONIA MARIA CAPRARA BARALDI

**TECENDO RELAÇÕES SOBRE INFÂNCIA E
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Memorial apresentado ao Curso de Pedagogia-Programa Especial de Formação de Professores em Exercício nos Municípios da Região Metropolitana de Campinas, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como um dos pré-requisitos para conclusão da Licenciatura em Pedagogia.

CAMPINAS
2006

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/ UNICAMP**

Baraldi, Sonia Maria Caprara
B231t Tecendo relações sobre infância e educação infantil : memorial de
formação / Sonia Maria Caprara Baraldi. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual
de Campinas, Faculdade de Educação, Programa Especial de Formação de
Professores em Exercício da Região Metropolitana de Campinas (PROESF).

1. Trabalho de conclusão de curso. 2. Memorial. 3. Experiência de vida.
4. Prática docente. 5. Formação de professores. I. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

06-349-BFE

AGRADECIMENTOS

A Deus, por não me deixaram esmorecer.

Ao meu marido Jair que esteve sempre presente me incentivando e apoiando.

Aos meus filhos, Danilo e Rodrigo, que foram sempre compreensivos com minha ausência.

Aos meus pais que não mediram esforços para que pudesse estudar.

A minhas irmãs Sueli, Célia e Silmara, que sempre me apoiaram e incentivaram.

Ao meu irmão Antônio, que apesar da distância, me apoiou.

As amigas: Heloíse e Sônia Regina, que sempre me ajudaram dando boas dicas.

A Cidinha (in memoriam), uma amiga inesquecível que partiu antes, mas sempre esteve ao meu lado.

A todas as amigas de trabalho, que são muitas e sempre estiveram presentes na minha vida.

As minhas amigas de grupo: Ana Carolina, Ana Lúcia, Aparecida Pereira, Adriana, Rosângela, Célia Coladetti, Claudinéia Amaral e Cleonilda por todos os estudos, pesquisas, apresentações de trabalho, que fizemos juntas com dedicação e amizade, valeu por tudo. Adoro vocês!

Amo muito todos vocês!

SUMÁRIO

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------|----|
| APRESENTAÇÃO | 5 |
| INFÂNCIA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR | 8 |
| 2 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS | 12 |
| 2.1 - Princípios Norteadores para as Propostas Pedagógicas de Educação Infantil | 15 |
| 3. INFÂNCIA PÓS-MODERNA, TEMPOS DE NOVAS REFLEXÕES | 24 |
| 4. SAUDADES DA INFÂNCIA: A TRAJETÓRIA DA ESCOLA À UNIVERSIDADE | 28 |
| 4.1 Recordações que aconteceram durante as aulas na faculdade | 30 |
| 5-CONSIDERAÇÕES FINAIS | 33 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 35 |

APRESENTAÇÃO

Eu te desejo não parar tão cedo
Pois toda idade tem prazer e medo
E com os que eram feio e bastante
Que você consiga ser tolerante
Quando você ficar triste
Que seja por um dia e não o ano inteiro
E que você descubra que rir é bom
Mas que rir de tudo é desespero
Desejo que você tenha a quem amar
E quando estiver bem cansado
Ainda, exista amor pra recomeçar
Pra recomeçar (FREJAT, Amor pra recomeçar)

Pensei em começar meu memorial com essa estrofe da música de Frejat, *Amor pra recomeçar*, que é uma adaptação do poema de Victor Hugo, por sentir que nela existe muitas palavras de sabedoria para serem compiladas por quem vir a ler este trabalho final do curso de Pedagogia da Unicamp.

Nesta estrofe fala-se em desejo, não o desejo carnal, que é efêmero, mas o amor maior capaz de desejar, querer algo duradouro para o outro, acreditando que o outro merece o que o mundo tem de melhor, tenha este, a idade que tiver, afinal toda idade tem seu prazer, medo. E vejo isso comigo na minha formação, com meus alunos, ainda em formação e com meus filhos, que também estão em formação. Cada um em uma idade, mas vivenciando etapas tão diferentes e, no entanto, tendo os prazeres e medos em comum.

Tolerância é outro sentimento que gosto de pensar quando ouço esta música, pois, nesta época em que vivemos este sentimento está em falta como nunca esteve. Mas principalmente penso na tolerância que nós, educadores, precisamos ter com essa nova criança que está adentrando as portas de nossas instituições e muitas vezes não sabemos como lidar com ela, uma vez que tem muito mais informações do que supúnhamos.

Mas acima de tudo, gosto desta frase em que ele deseja que você tenha a quem amar para que quando estiver bem cansado ainda aja amor pra recomeçar. E levo-a para todos os

recônditos de minha vida: família, amigos, filhos, mas principalmente para meus alunos, pois independente de como esteja o professor, este tem que ser um ser amoroso, que tenha muito amor para receber e dar, afinal de contas amor partilhado é amor dobrado e ajuda nas relações que estabelecemos com nossos alunos.

Tenho como objetivo neste memorial, relacionar algumas tessituras que passei a entender e conhecer a partir do curso de Pedagogia na Unicamp sobre Educação Infantil e infância, principalmente com a infância pós-moderna, que tanto nos preocupa, por ser muitas vezes um novo território a ser explorado.

Ao longo dessa caminhada, no decorrer de minha escrita, vou deixando transparecer minhas angústias, medos, indagações em relação, também, ao que é o ato de ensinar, percebendo que este é muito mais que apenas transmitir conhecimentos prontos, e sim, ajudar meus alunos a construírem seu próprio conhecimento.

O desafio de conviver com as diferenças dentro da universidade e paralelamente, dentro de uma instituição escolar, sendo necessário rever posturas, valores, enfrentar a nós mesmos.

Estudando para redigir essa reflexão, percebi que algo havia mudado em meu pensamento. Estou crescendo em minhas competências, é que estou transformando as minhas experiências em pensamentos, e os meus pensamentos em reflexões, e minhas reflexões em novos pensamentos e, em novas ações.

Para isso, tenho buscado novos conhecimentos procurando sempre rever as atitudes em sala de aula. Quero ser uma educadora consciente, ativa e de extrema importância para meus alunos. Sinto que depois desta formação nunca mais serei a mesma educadora de antes, acomodada, alienada e feliz com a situação presente.

Eu quero mais, quero crescer e trazer meu aluno junto, quero abalar as estruturas estagnadas que se tornaram grilhões na educação infantil; quero incomodar sendo a voz que clama no deserto. Enfim, quero que a educação tenha uma nova roupagem e um novo objetivo. Sei que o que quero é um tanto utópico, mas se me juntar a outros que também não querem mais ver a educação como está, logo seremos alguns a clamar por mudanças, depois seremos muitos e com certeza, com a união de todos seremos ouvidos. Como dizia Marter Luther King, em seu último discurso antes de morrer “Eu tenho um sonho...” e vou

lutar para realizá-lo.

Início esta busca por mudanças com este memorial que desenvolvi em cinco partes: a apresentação, em que faço uma introdução a cerca do que pretendo discutir ao longo do trabalho, ou seja, fazer uma trajetória de minha vida e formação, tecendo relações com minha prática educacional, que é a educação infantil. No primeiro capítulo busco explicitar um pouco do conceito de infância e instituição escolar ao longo da história. O segundo capítulo aborda alguns conceitos básicos sobre a filosofia da educação infantil, bem como os princípios pedagógicos que regem esta etapa educacional. No terceiro capítulo desenvolvo algumas tessituras sobre a infância pós-moderna e suas repercussões na infância e na Educação Infantil. Lembranças de minha vida, da infância à universidade está presente no quarto capítulo, em que também reflito sobre a minha trajetória de formação na universidade. Por fim, termino este trabalho sintetizando tudo o que pesquisei, criei, elaborei e refleti ao construir este memorial de formação.

1. INFÂNCIA E INSTITUIÇÃO ESCOLAR

Se este é um espaço onde adultos podem conhecer as crianças, o adulto que trabalha direta ou indiretamente com elas precisam de um profissional, e para tal precisa aprender esta profissão de criança pequena: professora de creche, professora de pré-escola. Trata-se de um tipo de professor diferente dos professores dos outros níveis de ensino
Ana Lúcia Goulart de Faria

O estudo sobre a história da infância contribuiu, para que hoje, a nossa história fosse diferente. É preciso conhecer a história da infância para, assim, entendermos a educação nas instituições escolares hoje.

A infância é um período da vida do ser humano que vai do nascimento ao início da adolescência. É um processo social, cultural e histórico, ou seja, é influenciado por forças sociais, culturais políticas e econômicas que atuam sobre ela, variando de acordo com o contexto em que está inserida e a época em que é vivida.

Nas sociedades primitivas, a iniciação de crianças e adolescentes era de responsabilidade dos adultos em geral ou dos anciões. Na Roma arcaica, encontramos-nos com uma mistura de aprendizagem familiar e participação na vida adulta em geral, para alguns camponeses o papel da escola era oferecer doutrinação religiosa, os conhecimentos necessários para o trabalho podiam ser adquiridos no próprio local de trabalho.

Na Idade Média, por volta dos séculos, a criança era enviada a outra família e submetida a desempenhar os ofícios domésticos e nestas condições eram chamados de aprendizes.

Na infância tradicional, séculos XIX-XX (1850-1950), as crianças eram protegidas do mundo dos adultos, retiradas das fábricas e colocadas em escolas, havia relação de afeto, carinho e responsabilidade por parte dos pais.

Até o final do século XIX e início do século XX existiam basicamente duas

instituições para atendimento das crianças pequenas. As escolas maternais que eram destinadas aos pobres e jardins de infância para a elite. A escola existente já não era exclusivamente composta por filhos dos nobres e futuros quadros da Igreja Católica, pois já não era mais um produto feudal.

Na sociedade capitalista, havia a necessidade da escola pública defendida pela burguesia. Até então, a expansão da Educação Infantil ficava represada, tendo em vista, o enorme déficit no atendimento da escola primária, mas a pressão social, por vagas no antigo ginásio começa a se manifestar por vagas no jardim, escolas maternais e também creches.

A LDB 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional) traz definições e reconhece as instituições como parte do sistema educacional e que é direito da criança, freqüentar a Educação Infantil.

A LDB 4024 de 1961 estabelecia em seus artigos 23 e 24 que as crianças com idade inferior a sete anos recebiam educação em escolas maternais ou jardins de infância, a fim de atender as mães trabalhadoras.

A creche sempre foi território de atuação das mulheres, desde as lutas por creches nos movimentos feministas (Campos, 1999). Hoje ela é complementar à ação da família, sendo uma opção, um dever do Estado e um direito da criança, independente de as mães trabalharem ou não fora de casa.

Em 1989, quando fiz o concurso de monitora de educação infantil da Prefeitura Municipal de Campinas, a escolaridade exigida era apenas a quarta série do ensino fundamental e apesar de concursada, realizei serviços na limpeza, cozinha e lavanderia, pois havia falta de funcionários e nos era pedido essa “colaboração”. Eu era a única concursada da creche.

Nesta época as creches eram totalmente assistencialistas. Nossa função era exclusivamente “cuidar” da higiene, saúde e segurança da criança, a prioridade era da mãe trabalhadora. Ela era um direito da mãe e não da criança, sendo assim, a mãe tinha dez dias para trazer o atestado de trabalho, senão a criança perdia a vaga. Isso me incomodava muito, pois se a mãe não conseguisse emprego, aí, sim ela precisaria da vaga, porque enquanto sua criança estivesse na creche ela estaria alimentada.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 e a LDB 9394/96, as instituições

de atendimento infantil passaram a ter outro significado, mas preciso e limitado, no que se refere à modalidade específica das instituições educacionais para crianças pequenas de 0 a 6 anos de idade, apesar de existirem no Brasil há muito tempo. Mas ainda o que ocorre no momento é uma contradição. Nas creches onde tem educadores e professores trabalhando com a mesma criança, a formação é diferenciada. Para os professores são exigidos, o magistério e o ensino superior e para os monitores apenas o ensino fundamental.

Eu me considero uma educadora, pois cuidar e educar não pode se separar, mas infelizmente, muitas monitoras não pensam assim, ocorrendo a dicotomia entre o cuidar e o educar.

Nessa fase assistencialista, tinha professor apenas no infantil e na pré-escola. Os outros setores ficavam com os monitores que faziam as atividades de cuidar e educar. Lembro-me organizávamos gincanas, teatros, danças e muitas atividades com bolas, cordas, pneus, brincadeiras de roda etc.

Em 1991, as creches passaram para a Secretaria da Educação, ficavam muitos pontos sem resolução, como a monitoria, pois sua função não é descrita em nenhuma lei da Educação, a não ser na Promoção Social.

Fazendo parte da Secretaria da Educação, passa a existir duas categorias profissionais que atuam com o mesmo grupo de crianças: professores e monitores.

As professoras são reconhecidas para tratarem das questões ditas pedagógicas, de ensino-aprendizagem, e as monitoras são reconhecidas para tratar das questões ligadas aos cuidados físicos, alimentares e higiênicos. (CAMPOS E ROSEMBERG, 1994, p. 5)

Há, também, diferenças na formação, na jornada de trabalho e nos salários entre essas categorias. As professoras devem ter o Ensino Médio (Magistério) e ou superior em Pedagogia e as monitoras devem ter o Ensino Fundamental (último concurso).

A jornada que era de oito horas, sendo obrigatório duas horas de intervalo para almoço, passou para sete horas e doze minutos e hoje, é de seis horas, sendo que uma vez por semana temos duas horas de formação, que foi um ganho muito importante para as monitoras. A jornada de trabalho dos professores é de meio período (quatro horas), mais duas de trabalho pedagógico coletivo. Quanto às questões salariais, as monitoras recebem

uma remuneração menor e ainda não podem desenvolver projetos e nem fazer dobras no caso de falta de outro monitor, sendo permitido ao professor dobrar na falta do monitor.

Na prefeitura de Campinas, a maior parte dos monitores já concluíram o Ensino Médio e anseiam por uma proposta da prefeitura para darem continuidade aos seus estudos.

Um grande ganho para as monitoras foi que, em 2003, surgiu a possibilidade de prestar o PROESF (Programa Especial de Formação de Professores em Exercício nos Municípios da Região Metropolitana de Campinas) e fazer o curso de Pedagogia pela Unicamp.

2 - FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL: ALGUNS CONCEITOS BÁSICOS

Há algum tempo, teóricos vêm ponderando como, no processo histórico de constituição das instituições pré-escolares destinadas à infância pobre, o assistencialismo, foi configurado como proposta educacional específica para esse setor social, dirigida para a submissão não só das famílias, mas também das crianças das classes populares. Ou seja, a educação não seria necessariamente sinônima de emancipação.

O fato de essas instituições carregarem em suas estruturas a destinação a uma parcela social, a pobreza, já representa uma concepção educacional. A pedagogia das instituições educacionais para os pobres é uma pedagogia da submissão, uma educação assistencialista marcada pela arrogância, que humilha, para depois oferecer o atendimento como dádiva, como favor aos poucos selecionados para o recebe-los.

Mas, o que é ser educacional? Se as instituições de educação infantil são educacionais, isso não implicaria um entendimento restrito do termo, como fazemos supor certas interpretações das mudanças ocorridas recentemente na legislação de nosso país.

A vinculação de creches e pré-escolas ao nosso sistema educacional representa uma conquista, do ponto de vista da superação, de uma situação administrativa que mantinha um segmento de instituições educacionais específico para os pobres, segregando-os do ensino regular, com todo o peso dos preconceitos relacionados a isso.

Mas as duas modalidades em que a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) dividem esse nível da educação básica – creche e pré-escola – não coincidem com a realidade institucional de nosso país.

Nos textos legais, a intenção da letra é distinguir as faixas etárias atendidas, creche para criança de 0 a 03 anos, pré-escola para as de 4 a 6. Essa intenção atendeu à demanda dos pesquisadores da educação infantil, que argumentavam ser necessário retirar da instituição creche o estigma de destinação exclusiva aos pobres, assim como delimitar aspectos relativos à educação das crianças pequenas.

A solução dessas desigualdades, não ocorre, nem com a passagem de creches e pré-

escolas da esfera administrativa assistencial para esfera educacional curricular nacional que sugira ser possível promovê-la por meio do acesso de todos ao conhecimento historicamente acumulado.

Neste último caso, fantasia-se que o conhecimento seria algo passível de ser oferecido como produtos em prateleiras de supermercados, disponíveis a todos. Mas se boa parte da população brasileira não tem nem o acesso aos bens de necessidade básica, o que dizer da cultura, cuja produção, apropriação e fruição é muito mais complexa do que uma simples relação de aquisição e consumo?

Segundo FARIA (2003) as crianças brasileiras e suas famílias têm conquistado, recentemente, direitos consagrados através da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, e da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96).

O direito à Educação Básica, demanda essencial das sociedades democráticas, vem sendo vigorosamente exigido por toda a sociedade do país, como garantia inalienável do exercício da cidadania plena.

A conquista da cidadania plena, da qual todos os brasileiros são titulares, supõe, portanto, entre outros aspectos, o acesso à Educação Básica, constituída pela Educação Infantil, Fundamental e Média.

A integração da Educação Infantil no âmbito da Educação Básica, como direito das crianças e suas famílias e dever do Estado, é fruto de muitas lutas desenvolvidas especialmente por educadores, que ao longo dos anos transformaram em ação concreta, legalmente legitimada, esta demanda social por educação e cuidado para as crianças dos 0 aos 6 anos.

Em consequência desta longa e acidentada trajetória, muitos equívocos têm se acumulado sobre o que significa educar e cuidar de crianças de 0 a 6 anos em instituições de educação infantil, em ambientes escolarizados ou não, em horário integral ou parcial.

Embora a LDB (Lei 9394/96), na Seção II, Art. 30, I e II mantenha a terminologia de creches e pré-escolas, é importante esclarecer a discordância de vários educadores com o uso do termo pré-escola. Esta é uma polêmica já antiga no Brasil e em outros países, que, no entanto, ainda merece ampla discussão em pleno 3º Milênio.

Assim, FARIA (idem) utiliza, o termo “Centros de Educação Infantil” para substituir os termos creche e pré-escola, embora se reconheça a existência dos mesmos, tais como expressos na LDB.

A razão desta decisão prende-se ao argumento de que o termo pré-escola não consegue qualificar, com precisão, a importância do trabalho, com cuidado e educação, a ser realizado com as crianças dos 4 aos 6 anos, e inúmeras vezes tem contribuído para diminuir sua relevância e as conseqüências disto são bem conhecidas e trazem como resultados mais graves:

- Pouca ênfase dada por muitos prefeitos, governadores e secretários de educação a esta prioridade educacional, por não considerá-la como tal, uma vez que está “fora da escola” ou do “sistema regular de ensino”, ocasionando a não determinação de orçamentos, a inexistência de planejamento para atender à demanda, a não expansão de recursos humanos e materiais, bem como a ausência de procura de parceiros estratégicos junto à sociedade civil, quando necessário;
- O descaso dos cursos Normais de formação de professores e de Pedagogia, com a preparação específica de educadores para o trabalho com as crianças dos 0 aos 6 anos;
- A quase inexistência de propostas pedagógicas de qualidade, e em número suficiente, para responder às diversidades, exigências e especificidades do trabalho nas creches e com as crianças dos 4 aos 6.

É muito importante assegurarmos que no trabalho nos centros de educação infantil não haja uma antecipação de rotinas e procedimentos comuns às classes de educação fundamental, a partir da 1ª série, que não seriam cabíveis nem aceitáveis para as crianças dos 4 aos 6 anos.

No entanto, é nossa responsabilidade, enquanto educadores dos centros de educação infantil, situados em escolas ou não, em tempo integral ou não, propiciar uma transição adequada do contexto familiar ao escolar, nesta etapa da vida infantil, uma vez que, a educação fundamental naturalmente sucederá a educação infantil, aconteça ela em classes escolares ou não, e em período contínuo ou não.

Além disso, quando há professores formados, horário, calendário de dias letivos, férias, proposta pedagógica que atenda a estes objetivos, é ilógico defender que se trabalha

numa “pré-escola”, pois o que, de fato acontece, é o trabalho em escolas que respeitam e operam competentemente programas de Educação Infantil, capazes de não antecipar uma formalização artificial e indesejável do processo de cuidado e educação com a criança dos 4 aos 06 anos.

Os programas a serem desenvolvidos em centros de educação infantil, ao respeitarem o caráter lúdico, prazeroso das atividades e o amplo atendimento às necessidades de ações espontâneas por parte das crianças, ainda assim, devem expressar uma intencionalidade e, portanto, uma responsabilidade correspondente, que deve ser avaliada e supervisionada pelos Conselhos, para verificar sua legitimidade e qualidade.

Esperamos que com estas justificativas se tenha esclarecido que a polêmica sobre o termo pré-escola não se reduz a uma questão de semântica, mas a uma concepção de política educacional que envolve e afeta diretamente o direito das crianças e suas famílias.

Embora considerando os esforços de autoridades, especialistas e da própria sociedade civil, no processo de concepção e desenvolvimento de políticas públicas, voltadas para as crianças e suas famílias, e a contribuição, ainda muito limitada, de pesquisas brasileiras sobre a questão, constata-se a necessidade urgente de posicionamentos amplos, em dimensão nacional, para garantir o direito de educação e cuidados, com intencionalidade definida, qualidade e êxito, a todas as crianças brasileiras desta faixa etária.

2.1 - Princípios Norteadores para as Propostas Pedagógicas de Educação Infantil

Educar e cuidar de crianças dos 0 aos 06 anos, supõe definir previamente para que sociedade isto será feito, e como se desenvolverão as práticas pedagógicas, para que as crianças e suas famílias sejam incluídas em uma vida de cidadania plena.

Para que isto aconteça, é importante que as Propostas Pedagógicas de Educação Infantil definam-se a respeito dos seguintes Princípios Norteadores:

- Princípios Éticos da Autonomia, da Responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem Comum;
- Princípios Políticos dos Direitos e Deveres de Cidadania, do Exercício da

Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática;

- Princípios Estéticos da Sensibilidade, da Criatividade, da Ludicidade, e da Diversidade de manifestações Artísticas e Culturais (Brasil, 1998).

As crianças pequenas e suas famílias devem encontrar nos centros de educação infantil, um ambiente físico e humano, através de estruturas e funcionamento adequados, que propiciem experiências e situações planejadas intencionalmente, de modo a democratizar o acesso de todos, aos bens culturais e educacionais que proporcionam uma qualidade de vida mais justa, equânime e feliz.

Ao iniciar sua trajetória na vida educacional, nossas crianças têm direito à saúde, ao amor, à aceitação e segurança, à confiança de sentir-se parte de uma família e de um ambiente de cuidados e educação.

E embora as radicais mudanças nas estruturas familiares estejam trazendo maiores desafios para as instituições de Educação Infantil, que também se apresentam com grande diversidade de propósitos, é indispensável que os Conselhos e as Secretarias Municipais e Estaduais de Educação criem condições de interação construtiva com aquelas, para que os princípios acima sejam respeitados e acatados.

Nesta perspectiva, fica evidente que o que se propõe é a negociação constante entre as autoridades constituídas, os educadores e as famílias das crianças, no sentido da preservação de seus direitos numa sociedade que todos desejamos, democrática, justa e mais feliz.

Ao definir suas Propostas Pedagógicas, as Instituições de Educação Infantil deverão explicitar o reconhecimento da importância da Identidade pessoal de alunos, suas famílias, professores e outros profissionais e a identidade de cada unidade educacional e de seus respectivos sistemas. (BRASIL, 1998, p. 30)

As crianças pequenas e suas famílias, mais do que em qualquer outra etapa da vida humana, estão definindo identidades influenciadas pelas questões de gênero masculino e feminino, etnia, idade, nível de desenvolvimento físico e psicológico e situações sócio/econômicas, que são cruciais para a inserção numa vida de cidadania plena.

No momento em que pais e filhos, com o apoio das instituições de educação infantil, vivem nestes primeiros tempos, a busca de formas de ser e relacionar e espaços

próprios de manifestação, é indispensável que haja diálogo, acolhimento, respeito e negociação sobre a identidade de cada um nestes ambientes coletivos.

As múltiplas trocas envolvem também os educadores, outros profissionais e os próprios sistemas aos quais se relacionam as instituições de Educação Infantil.

Além disso, a variedade das próprias instituições de Educação Infantil, entre elas, creches familiares, atendimento a crianças hospitalizadas por longos períodos, ou com necessidades especiais de aprendizagem, por exemplo, podem criar desafios em relação ao cuidado e à educação.

No entanto, o que aqui propomos, é que dentre os Critérios para Licenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil, haja nas Propostas Pedagógicas dos estabelecimentos, menção explícita que acate as identidades de crianças e suas famílias em suas diversas manifestações, sem exclusões devidas a gênero masculino ou feminino, às múltiplas etnias presentes na sociedade brasileira, a distintas situações familiares, religiosas, econômicas e culturais e a peculiaridades no desenvolvimento, em relação a necessidades especiais de educação e cuidados, como é caso de deficientes de qualquer natureza.

A representatividade de identidades variadas entre os educadores e outros profissionais que trabalhem nas instituições de educação infantil, também deve estar resguardada, inclusive pela riqueza que equipes formadas por homens e mulheres, de diferentes etnias e ambientes sócio/econômicos, podem proporcionar a um grande número de crianças pequenas, que só convivem com a mãe, ou o pai, ou irmãos, ou outros responsáveis.

Outro aspecto relevante sobre identidade é o das próprias instituições, algumas delas centenárias, guardando a história das conquistas educacionais deste país e constituindo-se em verdadeiro patrimônio cultural a ser valorizado por todos.

As Propostas Pedagógicas para as instituições de Educação Infantil devem promover em suas práticas de educação e cuidados, a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo/lingüísticos e sociais da criança, entendendo que ela é um ser total, completo e indivisível (BRASIL, 1998, p. 31)

Desta forma, ser, sentir, brincar, expressar-se, relacionar-se, mover-se, organizar-se,

cuidar-se, agir e responsabilizar-se são partes do todo de cada indivíduo, menino ou menina, que desde bebê vai gradual e articuladamente aperfeiçoando estes processos nos contatos consigo próprio, com as pessoas, coisas e o ambiente em geral.

Este é um dos aspectos mais polêmicos dos programas de Educação Infantil, uma vez que o que se observa, em geral, são duas tendências principais em seus propósitos:

- ênfase nos aspectos do desenvolvimento da criança, reduzindo suas oportunidades e experiências ao processo de “socialização” e especialização de aptidões em “hábitos e habilidades psicomotoras”, principalmente;
- ênfase numa visão de treinamento, mais “escolarizada” de preparação para uma suposta e equivocada “prontidão para alfabetização e o cálculo”, em especial.

Por tudo isso, verificamos um campo fértil e amplo de trabalho a ser realizado por um conjunto de profissionais e instituições: os cursos de formação de professores, as universidades e centros de pesquisa intensificando suas investigações, cursos e estágios, de preferência em parceria com as Secretarias Municipais e Estaduais, apoiadas por seus respectivos Conselhos de Educação; e as próprias Secretarias desenvolvendo seus programas de atualização de recursos humanos, visando à Educação Infantil.

Estes esforços devem estar articulados com os de outros profissionais, como os médicos, enfermeiras, terapeutas, agentes de saúde, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos, arquitetos e todos que atendam às crianças e suas famílias em centros de educação infantil.

Desta forma, gradualmente, será possível atingir um consenso a respeito da educação e cuidados para infância, entre os 0 e os 06 anos. Este consenso precisa contemplar o que foi exposto no Referencial e garantir que as Propostas Pedagógicas atendam, integradamente à criança em todos os seus aspectos.

Ao reconhecer as crianças como seres íntegros, que aprendem a ser e conviver consigo próprio, com os demais e o próprio ambiente de maneira articulada e gradual, as Propostas Pedagógicas das Instituições de Educação Infantil devem buscar a interação entre as diversas áreas de conhecimento e aspectos da vida cidadã, como conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores. ((BRASIL, 1998, p. 35)

Desta maneira, os conhecimentos sobre espaço, tempo, comunicação, expressão, a

natureza e as pessoas devem estar articulados com os cuidados e a educação para a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia.

Um dos grandes equívocos em relação à Educação Infantil em nosso país é o de que seu alvo prioritário são as crianças de famílias de baixa renda, e conseqüentemente a natureza de suas propostas deve ser “compensatória” de supostas carências culturais.

Sem polemizarmos a respeito de reais necessidades de saúde, nutrição e ambiente familiar favorável às crianças dos 0 aos 6 anos, o que defendemos aqui, é a existência de Propostas Pedagógicas que dêem conta da complexidade dos contextos em que as crianças vivem na sociedade brasileira, que como várias outras do Planeta, passa por vertiginosas transformações econômicas e sociais.

Por isso o que aqui apresentamos é a possibilidade concreta de que as instituições de Educação Infantil articulem suas Propostas de maneira intencional, com qualidade, visando o êxito de seu trabalho, para que todas as crianças e suas famílias tenham oportunidade de acesso a conhecimentos, valores e modos de vida verdadeiramente cidadãos.

No entanto, um grande alerta, aqui se coloca: tudo isto deve acontecer num contexto em que cuidados e educação se realizem de modo prazeroso e lúdico. Onde as brincadeiras espontâneas, o uso de materiais, os jogos, as danças e cantos, as comidas e roupas, as múltiplas formas de comunicação, expressão, criação e movimento, o exercício de tarefas rotineiras do cotidiano e as experiências que exigem o conhecimento dos limites e alcances das ações de crianças e adultos, estejam contemplados.

Todos nós que conhecemos, trabalhamos ou convivemos com crianças dos 0 aos 6 anos, sabemos de seu imenso potencial, inesgotável curiosidade e desejo de aprender, ser aceitos, estimados e “incluídos”, participar, ter seus esforços reconhecidos, ser respeitados como os irmãos mais velhos e os adultos.

Educação Infantil não é, portanto, um “luxo” ou um “favor”, é um direito a ser melhor reconhecido pela dignidade e capacidade de todas as crianças brasileiras, que merecem de seus educadores um atendimento que as introduza a conhecimentos e valores, indispensáveis a uma vida plena e feliz.

Vários educadores brasileiros têm procurado elaborar currículos e programas para a

Educação Infantil, buscando as conexões entre a vida destas crianças e suas famílias, as situações da vida brasileira e planetária e o ambiente das instituições que frequentam.

Algumas destas propostas curriculares enfatizam a importância de reconhecer a intencionalidade de suas ações pedagógicas com qualidade, resguardar nos ambientes das instituições de educação infantil, aspectos da vida, organizando os espaços para atividades movimentadas, semi movimentadas e tranquilas, como de modo geral lhes acontece fora daqueles ambientes.

Para muitas crianças, as creches ou pré-escolas são os locais onde passam o maior número de horas de seu dia, e por isso, as estratégias pedagógicas utilizadas devem atender àqueles aspectos abordados acima, evitando a monotonia, o exagero de atividades “acadêmicas” ou de disciplinamento estéril.

As múltiplas formas de diálogo e interação são o eixo de todo o trabalho pedagógico, que deve primar pelo envolvimento e interesse genuíno dos educadores, em todas as situações, provocando, brincando, rindo, apoiando, acolhendo, estabelecendo limites com energia e sensibilidade, consolando, observando, estimulando e desafiando a curiosidade e a criatividade, reconhecendo e alegrando-se com as conquistas individuais e coletivas das crianças, sobretudo as que promovam a autonomia, a responsabilidade e a solidariedade.

A participação dos educadores é participação, e não condução absoluta de todas as atividades e centralização das mesmas em sua pessoa.

Por isso, desde a organização do espaço, móveis, acesso a brinquedos e materiais, aos locais como banheiros, cantinas e pátios até à divisão do tempo e do calendário anual de atividades, passando pelas relações e ações conjuntas com as famílias e responsáveis, o papel dos educadores deve legitimar os compromissos assumidos através das Propostas Pedagógicas.

As Propostas Pedagógicas para a Educação Infantil devem organizar suas estratégias de avaliação, através do acompanhamento e registros de etapas alcançadas nos cuidados e educação para crianças de zero a 06 anos, “sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”, como afirma a Lei 9394/96, Seção II, artigo 31. (BRASIL, 1998, p. 62)

Esta medida é fundamental para qualificar as Propostas Pedagógicas e explicitar seus propósitos com as crianças dos 0 aos 03 anos e dos 4 aos 6.

É evidente que os objetivos serão diferentes para os distintos níveis de desenvolvimento e de situações específicas, considerando-se o estado de saúde, nutrição e higiene dos meninos e meninas.

No entanto, é através da avaliação, entendida como instrumento de diagnóstico e tomada de decisões, que poderemos, em grande medida, verificar a qualidade de nosso trabalho e das relações com as famílias das crianças.

Muitos pais "aprendem" junto com os filhos e seus educadores, independente de nível de escolaridade ou de situação sócio/econômica; por isso a avaliação sobre os resultados de cuidados e educação para as crianças dos 0 aos 06 anos é parte integrante da Proposta Pedagógica e consequência de decisões tomadas pelas instituições de Educação Infantil.

Na Educação Infantil, a educação ocorre numa via de mão dupla, onde ao mesmo tempo em que se ensina, se aprende. O quanto nós, educadores, aprendemos através do olhar, do gesto, choro e sorriso de uma criança pequenina. O quanto aprendemos ao observar e brincar junto com a criança. "Brincar com a criança não é perder tempo, é ganhá-lo". (DRUMMOND, apud FARIA, 2003, p. 39)

Neste contexto, nosso papel de educador não é só ensinar, avaliar e colher resultados. Mas, sim entendermos as crianças como produtoras de conhecimentos e cultura e não apenas consumidoras dos mesmos. Não estamos mais em uma "educação bancária", em que nossos alunos são meros clientes, agentes passivos da aprendizagem.

É necessário propiciar um ambiente rico e aconchegante, em diversidade de atividades em que as crianças se sintam à vontade para explorarem as suas diferentes linguagens, técnicas e materiais.

Compartilhar com adultos o crescimento e a educação de uma criança pequena, envolve a prática de uma dinâmica relacional complexa. Do ponto de vista cultura, quem cuida da criança pequena, não sendo um dos pais, é tradicionalmente considerada como uma figura substituta da mãe e do professor, papéis que recebem no relacionamento com a criança, tarefas e funções precisas (profissão),

De acordo com BONOMI (1999) nas creches procurou-se fugir dessa alternativa obrigatória, identificando na educadora uma figura profissional capaz de relacionar-se com

a criança sem imitar a mãe e sem refugiar-se na tarefa do professor, inadequada e insuficiente diante da criança pequena.

O educador deve ver a criança como um sujeito social e histórico que faz parte de uma organização familiar, que está inserida numa sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico. Essa criança não é somente marcada pelo meio social em que se desenvolve, mas também marcada por este educador.

A educação dita “bancária”, é a tradicional, em que o professor tem o domínio do conhecimento e o aluno cumpre o papel de mero receptor de informações. O que se pensa sobre educação, hoje, não gira mais em torno desse pensamento. As crianças passam por um processo de construção do próprio conhecimento, estamos trabalhando de forma consciente, acreditando na capacidade das crianças, sendo professores atuantes, participativos no processo de aprendizagem, levando propostas que provoquem os alunos a pensar e utilizar recursos para achar soluções.

Com nossas observações e reflexões sabemos que os avanços da aprendizagem dependem, principalmente, de nobres planejamentos, orientações, observações individuais, tudo isso orientado por nossa concepção de ensino-aprendizagem. Através de palestras, leituras e trocas com outros profissionais, para adequação dos planejamentos, pude avançar em meu processo de formação. A minha competência não está construída, está em construção, a partir de minhas reflexões sobre as ações realizadas.

Na faculdade pude ser desafiada a compreender questões que envolvem meu trabalho, repensar minha prática e procurar os caminhos para obter autonomia, para tomar decisões que considero importantes. Tudo isso, claro, em conjunto com outros profissionais, pois sozinhos, não podemos encontrar caminho algum. Precisamos de outro para construir e compartilhar nossos saberes de cada dia.

Hoje, o trabalho da unidade escolar propõe despertar na criança o prazer de estar na escola, possibilitando vivências e experiências significativas, através da organização do espaço físico, do planejamento/reflexão sobre as ações educativas e formação continuada e adequada dos educadores.

Considerando a criança como um indivíduo inserido em um espaço cultural específico e como produtora dessa cultura, objetivamos estruturar e colocar em prática um

trabalho pedagógico que envolva os diversos âmbitos / campos de experiências da criança, abrindo caminhos para que ela possa construir e compartilhar conhecimentos, levando em conta seu direito indiscutível à brincadeira e ao cuidado.

Nosso trabalho, visa a consideração das possibilidades reais de cada indivíduo, independentemente de classe social, etnia, gênero, crença ou necessidades especiais, respeitando suas individualidades, para que seja efetivada a inclusão radical de todos os sujeitos na unidade escolar, crianças e adultos.

Cada criança traz culturas diferentes e, portanto, estas se manifestam de formas diferentes. Além disso, a infância em si é uma cultura diferente da cultura adulta, e está sempre em construção manifestando-se através do choro, gestos, olhares, tristeza e alegria, sorriso, sons e silêncios, brincadeiras e agressividade, enfim, muitas outras linguagens.

É importante que na primeira infância, nós educadores, estejamos atentos, observando, escutando, olhando para estas diversas manifestações culturais das crianças pequenas.

3. INFÂNCIA PÓS-MODERNA, TEMPOS DE NOVAS REFLEXÕES

Na Idade Média não se dava importância à família, mas na idade pós-moderna passou a existir uma grande preocupação com o formato da infância, este período da fase humana, que se molda por forças sociais, culturais, políticas e econômicas.

Na infância pós-moderna, o comportamento e relacionamento entre os pais e filhos se consolidam enfatizando-se as noções de carinho e responsabilidade do adulto para com o bem estar da criança.

O padrão de vida pós-moderno, criou clima de declínio econômico, devido à economia paralisada, os adultos se vêem obrigados a trabalharem fora de casa, e conseqüentemente, o isolamento tem sido presente na vida das crianças tanto no sentido de ausência dos pais, quanto da inexistência do espírito comunitário, as crianças também se tornam sobrecarregadas de obrigações diárias.

A mídia está por todos os lados produzindo uma hiper realidade, pois os modelos produzidos por ela recriam o real, resignificando-o. Ela tem direcionado o fator cultural, rompendo limites entre informação e entretenimento e imagens e políticas, estimulando a multiplicação infinita dos significados, a fronteira entre infância e o mundo adulto se desfaz. Crianças e adultos enfrentam as mesmas situações relacionadas à formação de pensamentos e outras situações, de forma igual. Desta forma, o que tínhamos como inocência infantil está se perdendo, se já não se perdeu.

A criança tem se comportado como adulto ao enfrentar situações e necessidades diárias, sem recorrer ao auxílio de um adulto. Havendo uma inversão e troca de papéis, e com isso um aumento das responsabilidades de forma precoce.

Conforme ressalta Marcelino, (1990) a respeito do furto do lúdico, o adulto exerce influência sobre a cultura da criança tomando-lhe o direito ao lúdico, ou de poder pensar como quer brincar, ou seja, o adulto é quem pensa como e com o que a criança deve brincar tendo na escola forte contribuição para essa expropriação. “É muito importante deixarmos as crianças à vontade, ao agirmos como mediadores entre ela e o objeto do seu conhecimento”. (MARCELINO, 1990, p. 65)

A criança não é considerada um ser, mas um vir-a-ser, e por isso o tempo do lúdico é transformado em algo útil, como aprender para se tornar um adulto de sucesso, por isso toda brincadeira deve estar permeada por objetivos, conteúdos, metodologias. Outro fator que tem causado o furto do lúdico é o trabalho infantil, as crianças de famílias pobres freqüentemente contribuem com o seu trabalho no sustento da casa e, com isso, não lhes sobram tempo para brincar.

Por exemplo, nas escolas de 1ª a 4ª série, o tempo destinado ao lazer, o recreio é mínimo, pois todo o tempo deve ser destinado a algo útil para o desenvolvimento da aprendizagem, dando ao lúdico um papel insignificante, desnecessário, como se este não contribuísse para a aquisição da aprendizagem. Mesmo atividades de jogos têm que ser voltada para a produtividade, exercer raciocínio etc. Não respeitando a liberdade de escolha da criança.

Outro fator preocupante, desta nova infância que se vislumbra, é a realidade da permanência de crianças sozinhas em casa. A rotina diária de uma criança desta época é muito semelhante a do adulto, sendo que elas são esclarecidas e muitas delas experientes em relação a sexo, droga, álcool, enfim, tentam administrar o stress da vida cotidiana.

Através da TV, que exerce grande domínio na vida da criança pós-moderna, o desejo de consumir, de ter, seja de que forma for, vem se tornando cada vez mais presente na vida das nossas crianças. Esse desejo de consumo vem da forma como as diferentes mídias abordam nossos pequenos, bombardeando-os com produtos e informações novas a cada dia. Com a evolução destas tecnologias, as crianças têm ganhado uma aparente visão adulta do mundo e, portanto, a concepção tradicional de infância, onde se seguia um tempo seqüencial de aprendizado sobre o mundo, não funciona mais nesta hiper realidade dirigida pela mídia, que tem sido dominadora da consciência de seu público.

Os adultos e os mais idosos, que antes eram referencia, por sua experiência de vida, para as crianças, hoje muitas vezes sabem menos sobre a parafernália eletrônica que os pequenos dominam com tanta maestria, dadas as mudanças sociais e tecnológicas. Em conseqüência, a autoridade dos adultos é minada, com a experiência geracional das crianças assumindo seu próprio caráter.

Esta nova cultura infantil subversiva cria-se a partir do momento em que a criança

dá atenção a programações direcionadas a ela, fazendo com que elas saibam coisas que os próprios pais não sabem.

No contexto da Educação Infantil, nesta pós-modernidade, tem representado um abalo cultural. A hiper realidade ignora as noções tradicionais de desenvolvimento curricular. A escola é considerada, dentro deste contexto, arcaica, quando a cultura escolar realiza um trabalho com as crianças como se estas nada soubessem do mundo.

Percebe-se nesta nova infância um grande stress que se acumula e se manifesta na adolescência, decorrente de responsabilidades assumidas pela criança desde cedo. Muitas vezes, crianças no final do século XX eram colocadas em instituições inadequadas, administradas com base na relação custo/benefício, sem se preocupar com o bem estar das mesmas, sendo apenas “treinadas” para o futuro que sua condição social a espera. Ocorrendo o contrário com as crianças pobres, que passam por instituições muitas vezes inadequadas, de péssima qualidade, cujo ensino acaba sendo excludente, marginalizando-as.

No entanto, essas divisões não estão ligadas apenas à classe social, mas sim a uma sociedade que pensa no lucro, na divisão do tempo do trabalho, e ajusta a infância a esses moldes, tendo como aliada e reprodutora dessa obrigatoriedade, a escola.

Fatores como esses tem gerado um stress infantil, pois a criança tem deixado a infância para viver nos moldes do adulto, sem o tempo da contemplação, do ócio, se os adultos se dessem o direito a esse tempo, o mundo seria mais prazeroso.

A sociedade capitalista baseada na produção e no consumo, rouba a vivência do componente lúdico da cultura infantil, o tornando objeto de consumo, produz-se para a criança consumir, pois para essa sociedade o brinquedo considerado ideal é o comprado, outra aliada da civilização de consumo é a TV, que acomoda, aquieta, torna passiva a criança, padronizando a alegria.

Na creche, muitas vezes, as crianças são induzidas a usar os brinquedos de forma convencional, reproduzindo e incentivando essa tecnologia, na busca pelo não incomodo. Os adultos pensam de que forma as crianças devem brincar e ditam normas e regras de como usá-lo. Desta forma, não contribui para a criatividade das crianças, mais as transformam em proprietárias, aliás, não se considera que a criança é capaz de criar, de

inventar, pensa-se que ela só pode utilizar.

Esse brinquedo industrializado, funcional, dito como o ideal para brincar, é considerado como mais um instrumento de dominação ideológica do adulto sobre a criança.

É importante destacar como reage a criança frente à dominação e a reação, pois a criança freqüentemente dá outras funções aos brinquedos, aos jogos, ela que direciona o brinquedo, não o contrário. A vivência do lúdico é de grande importância para a participação cultural, crítica e criativa.

Mas essa resistência tem sido abafada, cada vez mais. Cedo se furta o lúdico e induz-se a imitação. Para o autor, o lúdico se manifesta no lazer e a escola, em lugar de muitas crianças, deve ser pensada além dos seus muros, considerando as várias culturas de infância. Não negar o lúdico na escola é respeitar essa diversidade, isso não significa deixar as crianças no “espontaneísmo”, mas ao intervir o adulto deve sempre ser pautado no respeito, o respeito à criança, seu direito de “sonhar”, de ser criança livrando-a da vontade de se tornar adulta para ser reconhecida como igual.

Nesta perspectiva, a escola é um meio para o respeito à cultura da criança e não uma precursora da cultura adulta burguesa. Ela deve respeitar o tempo da criança, valorizar seus conhecimentos, ou seja, ser pensada com a criança e não para a criança, agindo assim como instrumento de resistência à massificação, padronização, dominação adulta.

4. SAUDADES DA INFÂNCIA: A TRAJETÓRIA DA ESCOLA À UNIVERSIDADE

Prepare o seu coração
Pras coisas que eu vou contar
Eu venho lá do sertão
E posso não lhe agradar
Geraldo Vandré, Disparada.

Como é bom lembrar minha infância, como eu era feliz. Fecho os olhos e posso ver e sentir o perfume das flores de laranjeira, o perfume do jasmim, plantado na frente de casa.

Quanto espaço, quanta liberdade para brincar.

Morava no sítio, numa casa de barro, com meus pais, minhas duas irmãs e um irmão mais velho. Até os sete anos eu era a caçula, mas depois veio minha irmã Silmara.

Ajudávamos o pai e a mãe na roça e nos afazeres domésticos, mas era muito divertido. Não sei se ajudava ou atrapalhava, mas estávamos todos ali, sempre juntos, uma família unida.

Lembro-me das rodas de conversa, no terreiro de nossa casa, reuniam-se os vizinhos. Enquanto os adultos conversavam, as crianças brincavam e muito de roda, queimada, pega-pega e tantas outras. Bebíamos chocolate quente e comíamos batata doce e milho verde assado no braseiro das fogueiras.

Nos almoços de Natal, Ano Novo e Páscoa, reunia-se toda a família e minha mãe e tias faziam aquelas guloseimas especiais. Que delícia! Detalhe, ela somente nessas datas importantes que tinha refrigerante, um luxo só consumido em datas especiais e que hoje é tão consumido.

E os brinquedos que nós inventávamos... Minha mãe dava algumas vasilhas e nós íamos brincar de fazer comidinha, de casinha, escolinha, embaixo dos manguezais. As bonecas eram de espigas de milho, cada uma escolhia a sua, com a cor de cabelo que

queria, pois as espigas de milho têm várias cores, ou talinhos de mamonas que fazíamos de bonequinha com vestidos de papel de bala, esconde-esconde em cima das mangueiras...

A minha primeira boneca de verdade, foi uma boneca dorminhoca que ganhei quando tinha sete anos. E minha primeira televisão foi em preto-e-branco, meu pai comprou quando eu tinha sete anos também. Aquele ano foi um ano bom de colheita de café e o pai comprou além da TV, um carro (Fusca) e uma geladeira. Todos em casa ficamos felizes. Neste ano, papai construiu a casa grande de tijolos.

Aos domingos, os vizinhos mais chegados se reuniam na minha casa para assistir *Os Trapalhões*, depois íamos para o terreiro brincar.

Meus pais sempre disseram que a única riqueza que eles podiam nos dar era o estudo, já que os mesmos não tiveram essa oportunidade.

Chegou à hora de ir para a escola. Que ansiedade! Como seria? Quantas novidades?

Andávamos uns cinco quilômetros para chegar na escola rural. No caminho quantos perigos: cobras, vacas e cachorros que corriam atrás da gente. Sempre íamos numa turma. Passávamos nos sítios dos vizinhos e as crianças iam se agrupando até chegar na escola. Também tinham as coisas boas pelo caminho, as frutas que encontrávamos: goiabas, laranjas, mexericas, jabuticabas, tamarindo etc.

Lembro da escolinha: duas salas uma de 1ª e 2ª séries e outra de 3ª e 4ª séries. Tinha uma cozinha e um banheiro.

A minha professora era Ana Lucia, calma serena, fui alfabetizada pela cartilha “*Caminho Suave*”, uma das lições que ficou marcada para mim foi “*A pata nada*”: cópias e mais cópias. Penso se naquela época tivesse as “rodas da conversa”, quão valiosa não seriam as aulas partindo do interesse e do conhecimento que aquelas crianças tinham.

No meio do ano seguinte, mudamos para uma chácara perto da vila. Então fui estudar na cidade, uma escola grande, com várias salas de aula e muitos alunos. No começo estranhei um pouco, mas com o tempo acabei acostumando. Fiquei nesta escola até terminar a 8ª série.

O 1º ano do colegial estudei a noite na Escola “Orestes Ferreira de Toledo”, lembro-me do meu pai, todos os dias ele ia nos buscar na escola, eu e minhas irmãs, pois ele queria que nós estudássemos. No ano seguinte, minhas irmãs, Sueli e Célia, começaram a fazer

faculdade, eu voltei a estudar de dia, pois o Magistério tenha somente no período da manhã.

O que me marcou nesse período foram as aulas de Didática, a professora era muito existente, principalmente com a caligrafia. Outro fato marcante foram as partes de datas comemorativas e a de exercícios de coordenação motora, tinha até “musiquinhas”.

Não era bem aquilo que eu queria. Meu sonho era fazer matemática.

Em 1987, casei e mudei de cidade, ficou complicado e acabei parando de estudar.

Em abril de 1988 nasceu meu primeiro filho, Danilo, e decidimos mudar para Campinas. Que loucura! Que cidade grande! Sentia-me perdida. Passei por grandes dificuldades. Em dezembro desse mesmo ano meu filho teve meningite bacteriana, foram dias muitos difíceis, mas Deus foi muito bom para mim e vencemos.

Em 1989, prestei o concurso de monitora de Educação infantil. Passei e no dia 29 de junho, comecei a trabalhar.

Em 1991, nasce meu segundo filho, Rodrigo. Foi uma gravidez ansiosa, pois no 3º mês, peguei rubéola de uma criança na creche, a médica do posto queria que eu fizesse aborto, mas conversando com meu médico, decidimos ariscar. Fiz todos os exames necessários, e com muita fé e esperança, nasceu o meu filho lindo e perfeito. Detalhe: meus dois filhos são lindos.

Voltando a creche, sempre procurei participar de todos os cursos oferecidos pela prefeitura.

Em 1996 decidi que devia acabar o Magistério.

Em 2003, surge o curso do PROESF (Programa Especial de Formação de Professores), um sonho, fazer pedagogia na UNICAMP, não consegui entrar neste ano, então em 2004 tentei novamente e consegui, aqui estou tecendo as lembranças que vêm a minha memória enquanto escrevo este memorial.

4.1 Recordações que aconteceram durante as aulas na faculdade

Pensamento Histórico e Educação, nesta disciplina ficou claro a importância do pensamento histórico. Que desvelando o processo histórico, compreende-se o que acontece hoje no ensino, em particular, o ensino público e todo seu surgimento. Esta disciplina foi

ministrada pela professora Rachel e coordenada pelo Professor José Luis Sanfelice.

As palestras do Professor Sérgio Antônio da Silva Leite, que coordenou a disciplina de *Teoria Pedagógica e produção em Português*, onde falou sobre o modelo tradicional de alfabetização, sobre o letramento e suas concepções, assuntos importantíssimos, que me fizeram recordar e rever minha prática, trabalhando com a educação infantil de 0 a 03 anos e o letramento foi uma novidade para mim, pois até então nunca havia discutido a respeito deste tema.

Professor Sérgio Amaral, coordenador da disciplina de *Tecnologia, Comunicação e Educação*. Foi maravilhoso ver e entender a importância desses recursos em minha vida, tanto pessoal como profissional. A professora Simone, assistente pedagógica dessa disciplina, nos ensinou a entrar na página do TELEDUC. A notícia que iríamos produzir um “curta metragem”, deu um frio na barriga. Lembro-me do resultado final, o encontro de todas as turmas para assistir as produções, que ficaram fantásticas.

Depois desta experiência na escola onde trabalho eu, a professora e as monitoras, que trabalhamos no agrupamento I (antigo berçário), decidimos filmar os alunos. No final de 2004, produzimos um vídeo, contendo alguns momentos do trabalho que realizamos com a turma durante o ano e apresentamos para os pais na reunião de pais, eles amaram, ficou um trabalho muito bonito.

Com a disciplina de *Teoria Pedagógica e Produção em História* coordenada pela Profª Dra Ernesta Zamboni, com seus textos maravilhosos, fui tomando consciência de que realmente o ensino de história deve partir do cotidiano do aluno para ampliação das reflexões e visões de mundo.

As aulas de *Teoria Pedagógica e Produção em Arte*, ministrada pela assistente pedagógica professora Marilda, foram maravilhosas. Os assuntos apresentados, os trabalhos realizados contribuíram muitos para a minha prática pedagógica. Tive oportunidade para refletir e aprender a criar, sobre a educação inteligente do “olhar”. Aprendi muito sobre essa outra linguagem utilizada para expressar a nossa impressão sobre o mundo e os caminhos desse processo. Arte é linguagem, portanto, o envolvimento emocional do professor é importante para perceber os diferentes caminhos que se abrem, durante as aulas de arte, através da sensibilidade suscitadas pela mesma.

A disciplina de *Pedagogia da Educação Infantil* foi muito importante para mim. Ministrada pela assistente pedagógica Simone e coordenada pela Prof^a Dra Ana Lúcia Goulart de Farias. Pude refletir a questão da linguagem tridimensional, o espaço e o tempo do trabalho pedagógico e como este está organizado nas unidades educacionais. Essa disciplina fez-me refletir sobre o sistema atualmente adotado para a escola de educação infantil em Campinas: o sistema de agrupamentos, onde se agrupa criança de diferentes idades, mas sem mudar a estrutura.

Fala-se muito de escola para todos, só que a escola não é estruturada para atender as diferenças, as necessidades. *A Educação de 0 a 06 anos*, ministrada pela assistente pedagógica professora Roseli Barrada, também contribuiu para minhas reflexões, de como foi a minha infância e como se constitui a educação infantil hoje e no passado.

Todas as disciplinas foram muito importante para mim, tanto pessoal, como profissionalmente.

Ao longo do curso as disciplinas contribuíram para: uma maior reflexão e avaliação da minha prática profissional e embasamento teórico. Dentre essas disciplinas, destaco *Educação da Criança de 0 a 06* que trouxe grandes contribuições a minha práxis pedagógica, pois sempre acreditei que a criança desta idade deve aproveitar o seu tempo para brincar, estabelecer relações com os seus pares e ser criança, produtora de cultura. Esta disciplina também contribui para que entendesse melhor a dualidade existente entre o profissional que educa e o profissional que cuida, a indefinição desse profissional que trabalha na educação, mas não é professor e que está em busca de uma identidade. Outra abordagem que muito me chamou a atenção foi a concepção emancipadora de alfabetização, presentes nas aulas de Língua Portuguesa, que valoriza o conhecimento que a criança tem, sua interpretação e leitura do mundo, me ajudaram muito a entender melhor as hipóteses que as crianças passam ao se alfabetizar.

Tudo isso que explanei acima são considerações importantes que me levam a refletir sobre como tenho um longo caminho pela frente rumo a uma melhor profissionalização. Caminho este que perpassará por muitas lutas, vitórias e tropeços. Porém, o primeiro passo já foi dado e uma vez iniciada a caminhada é impossível parar. Então, que assim seja

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver
a vida passar.
É melhor tentar ainda em vão, que sentar-se
fazendo nada até o final.
Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias
tristes em casa me esconder.
Prefiro ser feliz, embora louco, que em
conformidade, viver. (Martin Luther King)

Com as palavras de Luther king, fecho este memorial, onde pude expressar um pouco do que fui e sou; um pouco da constituição de minha formação; um pouco do que acredito ser a infância hoje e como educá-la.

Não acredito ter fechado tudo o que existe sobre o assunto, mas acredito ter iniciado uma discussão que precisa ser expandida para além deste memorial, para como disse na introdução destruir as estruturas e construir novos parâmetros educacionais.

Eu acredito que o professor pode fazer a diferença. Ou melhor, ele deve fazer a diferença.

Outro dia conversando com uma professora, ela me disse que seu terapeuta havia lhe dito, que a profissão de educador é a única que pode “matar” um ser humano. Ele disse isso no sentido de que podemos com o poder de nossas palavras, atitudes, posturas e crenças levar um aluno ao sucesso ou ao fracasso, pois estas têm uma força incrível junto às crianças, que são seres em formação e por isso mais suscetíveis. E terminou dizendo que ela tem a impressão de que um dia Deus vai cobrar isso de nós.

Parei para refletir e percebi que ela tem uma enorme razão em preocupar-se, pois nós educadores não somos deuses, é claro, mas temos um poder muito grande nas mãos, pois as crianças se espelham em nós, muitas vezes, por sermos uma referência constante em suas vidas atribuladas na sociedade pós-moderna, em que poucos vêem os próprios pais, por motivos de trabalho, ou de nova formação familiar, que não é mais nuclear, como antigamente.

Esta nova criança, chega as instituições, com os mesmos anseios de antes, de

aprenderem, somados às muitas informações que a mídia já veiculou e que apreenderam ao passarem as restantes horas do dia frente a TV ou computador e a enorme carência afetiva que o pouco convívio com os pais deixaram, sem contar a falta de limites, oriunda das compensações que os pais culpados, por sua falta perante os pequenos, cultivam e isso tudo estoura na escola em forma de indisciplina, violência, sexualidade precoce, etc.

Até que ponto estamos preparados para esta criança pós-moderna que atendemos em nossas instituições? Será que estamos aptos a lidar com elas? Quais os caminhos e soluções a seguir?

Sinceramente não tenho receitas prontas para tudo isso, mas continuo acreditando que posso vir a fazer o diferencial para minhas crianças e luto para isso, estudando, refletindo, buscando transformar minha prática e visão de mundo, pois acredito que levar as mãos para o alto e esperar que a resposta caia do céu é inconcebível.

Então, educadores vamos a luta por melhoras na qualidade de ensino, pela construção do diferencial e principalmente por podermos tomar nas mãos as rédeas da situação e crescermos junto com as crianças rumo a cidadania.

Concluindo, seria bom lembrar o que o escritor Paulo Leminski¹ nos propõe: “Nesta vida pode-se aprender três coisas de uma criança: estar sempre alegre, nunca ficar inativo e chorar com força por tudo que se quer”.

¹ Citação feita pela professora Ana Lúcia Goulart de Faria, em aula Magna

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BONOMI, Adriano. O relacionamento entre educadores e pais. In: BONDIOLI, Anna e MANTOVANI, Susanna (orgs). Manual de educação infantil de 0 a 3 anos. Porto Alegre: Artmed, 1999.

BRASIL. *Subsídios para Credenciamento e Funcionamento de Instituições de Educação Infantil Volume II*. MEC. Brasília, maio 1988.

_____. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: www.mec.com.br. Acesso em abril de 2006.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Disponível em: www.mec.com.br. Acesso em abril de 2006.

_____. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Secretaria de educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

CAMPOS, Maria Malta e ROSEMBERG, Fúlvia. *Crítérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças*. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1997, p 29-39.

FARIA, Ana Lúcia Goulart de. As contribuições dos Parques Infantis de Mário de Andrade para a construção de uma pedagogia da Educação Infantil. *Educação e Sociedade*, nº 69. P. 60-91, 1999.

_____. *Educação pré-escolar e cultura: para uma pedagogia da Educação Infantil*. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, SP: Cortez, 1999.

_____. *Educação Infantil Pós – LDB: Rumos e Desafios*. 4ª edição revista e ampliada. Editora Autores Associados. Março 2003.

MARCELINO, Néelson C. *Pedagogia da animação*. Campinas, SP: Papirus, 1990.

ROSEMBERG, Fúlvia. Educação: para quê? In: *Revista Ciência e Cultura*, nº 28, dezembro de 1976, p. 1466-1467.